

## O CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE EAD: MARCOS, CONCEITOS E CONCEPÇÕES

### THE COURSE OF PEDAGOGY IN THE EAD MODALITY: FRAMEWORKS, CONCEPTS AND CONCEPTIONS

Elizabeth Maria Lopes Toledo  
Unitins

**Resumo:** Este artigo apresenta uma parte do referencial teórico de uma pesquisa de mestrado sobre o curso de Pedagogia na modalidade Ead da Unitins. Aborda-se nesse trabalho um fragmento teórico consistente que fundamentou a referida pesquisa como: conceitos e concepções da Ead e os marcos da educação a distância. O referencial teórico aqui abordado vem ilustrado com algumas situações vivenciadas pelos atores que agiram na educação a distância durante a realização da pesquisa. Com esse estudo foi possível inferir que a educação a distância veio quebrar muitos paradigmas e barreiras com relação ao ensino presencial, mas ainda é necessário aprofundar e atualizar os estudos nessa área uma vez que ainda existe um descrédito por parte de alguns a respeito dessa modalidade. A reflexão e os estudos proporcionados por essa pesquisa poderão corroborar com a mudança de postura por parte dos professores, tutores e acadêmicos que atuam ou desejam atuar nessa modalidade.

**Palavras-chave:** Educação a distância. Pedagogia. Aluno/Professor.

**Abstract:** This article presents a part of the theoretical reference of a masters research on the Pedagogy course in the EAD modality of Unitins. This paper deals with a consistent theoretical fragment that founded the research as: concepts and conceptions of EAD and distance education milestones. The theoretical reference here is illustrated with some situations experienced by actors who acted in distance education during the research. With this study it was possible to infer that distance education has broken many paradigms and barriers with regard to face-to-face teaching, but it is still necessary to deepen and update the studies in this area since there is still some discredit on the part of some about this modality. The reflection and the studies provided by this research can corroborate with the change of attitude on the part of the teachers, tutors and academics who act or wish to work in this modality.

**Keywords:** Distance learning. Pedagogy. Student teacher

## Introdução

Este artigo trata-se de um recorte de minha dissertação de mestrado sobre o estágio curricular do curso de Pedagogia na modalidade a distância na Universidade Estadual do Tocantins. Tal recorte evidenciado neste trabalho enfatiza as concepções e ações da educação na modalidade a distância. Buscou-se refletir sobre o planejamento, a orientação e a operacionalização das atividades do curso. A pesquisa foi realizada com alunos do curso de Pedagogia dos polos de todos os estados da federação, inclusive do Distrito Federal, onde a Unitins sediava a Educação a distância. O percurso metodológico teve a abordagem qualitativa e como instrumento utilizou-se um questionário on-line para os alunos e entrevista para os professores e coordenadores do curso. Essa pesquisa ocorreu no ano de 2008 com o curso de Pedagogia das turmas que ingressaram em 2006. Para fundamentar e sustentar a pesquisa foi necessário um aporte teórico aprofundado que contou com vários autores renomados na modalidade a distância.

A educação a distância, na atualidade, consagra uma nova alternativa de ampliação do ensino superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, em seu artigo 87, parágrafo 4, estabeleceu que, ao final da década da educação somente seriam admitidos professores na Educação Básica, habilitados em nível superior ou aperfeiçoados por formação em serviço. Por força dessa determinação legal surgiram em todas as regiões do Brasil programas de formação docente à distância, particularmente aqueles destinados a formar os professores que já atuavam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como para outros interessados.

A formação em nível superior desses professores é, sem dúvida, um desafio para o país. Se, por um lado, essa é a formação almejada pelo movimento dos educadores, por outro, há discordâncias a respeito das normatizações e as ações que foram encaminhadas para oferecê-la.

A Unitins, desde 2001, tem formado professores na modalidade a distância. Iniciou com

o curso Normal Superior e, em seguida, com o curso de Pedagogia. Em 2010, a universidade foi contemplada com o programa UAB - Universidade aberta do Brasil do governo federal tendo o curso de Pedagogia como “carro-chefe” e ainda mais três cursos de Licenciatura e um bacharelado. O curso de Pedagogia foi considerado como “carro-chefe” porque ele abrigava um número elevado de alunos em relação aos outros cursos e também porque em 2001, foi implantado o Curso Normal Superior telepresencial e, em 2004, o Ministério da Educação deferiu o processo para credenciamento da UNITINS como instituição autorizada a oferecer cursos a distância, tornando-se em Tocantins a única universidade com este objetivo.

Neste artigo, são apresentadas reflexões e ações resultantes da investigação sobre a modalidade EaD, e em particular na UNITINS e seus reflexos na formação do pedagogo para atuar na Educação Básica.

Este trabalho caracteriza-se como um recorte de minha dissertação de mestrado cujo objeto de investigação foi o estágio supervisionado no curso de Pedagogia na modalidade a distância. Priorizou-se neste artigo os aspectos conceituais, as concepções e os marcos da educação da Educação a distância.

### **Educação a distância: conceitos e concepções**

A distância não é mais a falta física, ela é um estado de espírito e está em cada um de nós, nos nossos sentimentos e não quão perto ou longe que o outro esteja de nós. Em EaD, não haverá distância entre o professor e o aluno se ela for tratada de forma a não comprometer a interação entre eles. A educação a distância poderá ser considerada como uma educação que pode promover a aproximação.

Na literatura especializada, são diversos os conceitos encontrados para a Educação a Distância (EaD). O mais simples e objetivo parece ser aquele que define a EaD como “[...] qualquer forma de educação em que o professor se encontra distante do aluno” (BASTOS; CARDOSO; SABATINI, 2006, p. 87). Nessa concepção, a EaD não é vista de forma atrelada à tecnologia, pois a ênfase dos autores recai na ideia de que a tecnologia deve ser utilizada como meio ou ferramenta para os processos de disponibilização e interação do conteúdo educacional e não como um fim em si mesma. Por isso não a mencionam na definição.

Entretanto, uma definição simples deixa em aberto a perspectiva de toda a variedade e possibilidade no uso de recursos para resolver a questão da distância física entre professor e alunos e, neste sentido, comporta diferentes tipos de tecnologias, ou seja, desde as mais simples e antigas como o material impresso, até as mais modernas como as videoconferências e a internet.

Segundo Holmberg (1987), a característica geral mais importante da EaD é que o estudo se baseia na comunicação não direta. Mas hoje com as novas tecnologias, a internet e todas as ferramentas por ela disponibilizadas, o estudo a distância está também baseado na comunicação direta e por isso, a EaD na atualidade não pode ser conceituada de forma simplista. Ela se configura em uma modalidade de ensino em que professor e alunos não se encontram ao mesmo tempo e no mesmo lugar e que, para superar essa distância, lança mão do instrumental e dos mais diversos meios de comunicação, simultânea ou isoladamente, como: material impresso distribuído pelo correio convencional ou *e-mail*, telefone, transmissão de rádio ou TV, fitas de vídeo, redes de computadores, sistema de teleconferência ou videoconferência, entre outros. Segundo a coordenadora do curso pesquisado, as orientações são feitas aos alunos através de três mídias: a TV (teleaulas), o computador (interatividade no portal - AVA) e o material impresso.

Não é a nossa intenção, encontrar uma definição única e completa de EaD. Após estudar alguns autores e analisar definições relativas à Educação a Distância, Aretio (1998) chegou a uma definição integradora de EaD como um sistema tecnológico de comunicação multidirecional, massivo ou não, que pode substituir a interação face a face entre professor e aluno. Preferencialmente pauta o ensino na sistematização de diversos recursos didáticos, utiliza serviços de tutoria para apoio aos alunos e, ainda, tem por característica a potencialização de uma aprendizagem autônoma e independente.

Outra definição genérica e abrangente é a de Spodic (1995), pois considera a EaD sob a ótica das possibilidades de democratização da educação, conceituando-a como um sistema que deve prover toda e qualquer oportunidade educacional que seja necessária para qualquer um, em

qualquer lugar e a qualquer tempo.

Já Landim (1997) foi mais específico ao afirmar que a EaD pressupõe a combinação das ditas tecnologias novas e tradicionais para propiciar o estudo em grupos ou individualmente nos diversos ambientes, como os locais de trabalho ou residências, por meio de tutoria e orientação a distância, contando com algumas atividades presenciais, como reuniões de grupo para estudo, para tirar dúvidas e para avaliação.

Posteriormente, em 2001, Litwin define como uma modalidade de ensino com características específicas, uma maneira particular de criar um espaço para gerar, promover e implantar situações em que os alunos aprendem. Para essa autora, o traço distintivo da modalidade consiste na mediatização das relações entre os docentes e os alunos. Isso significa, de modo essencial, substituir a assistência regular à aula por uma nova proposta, em que os discentes e docentes ensinam e aprendem, mediante situações não-convencionais, ou seja, em espaços e tempos que não compartilham.

Analisando as definições, é possível notar que as diferenças conceituais se devem mais à evolução natural ocorrida nos sistemas de educação a distância ao longo do tempo do que propriamente a eventuais divergências a respeito do conceito básico. Os conceitos atrelam-se pois aos processos evolutivos da EaD. É possível observar que ora os autores focalizam a questão da distância física entre professor e aluno, ora focalizam os recursos tecnológicos empregados, ora a forma como tais recursos são usados para favorecer a comunicação de forma unilateral ou bilateral.

O projeto EaD da UNITINS era totalmente a distância, não prevendo atividades semi presenciais. Segundo o Projeto Político Pedagógico – PPC, do curso de Pedagogia Ead/Unitins, o estágio deverá ser realizado em grupos de 3 a 5 acadêmicos, orientado e supervisionado pelo tutor presencial. Os alunos se reúnem nas telessalas com o objetivo único de assistir às teleaulas e realizar as avaliações. A possibilidade dos cursistas constituírem grupos de estudo ou outras atividades coletivas fica a cargo dos próprios alunos. No caso dos grupos formados para as atividades de estágio, professores e alunos registraram que encontraram dificuldades.

O Parecer n. 9/2001 refere-se à organização do tempo dos estágios, geralmente curtos e pontuais. Além disso, alerta ser completamente inadequado que a ida dos futuros pedagogos às escolas aconteça somente na etapa final de sua formação, pois isso não possibilita que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho do professor, nem permite um processo progressivo de aprendizado. A ideia a ser superada é a de que o estágio é o único espaço reservado à prática, enquanto na sala de aula se dá conta da teoria.

Segundo o parecer, o Estágio Curricular Supervisionado é considerado como o tempo de aprendizagem que antecede a profissão ou o ofício. Assim, ele supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário.

Por isso é que esse momento se chama Estágio Curricular Supervisionado: é o período de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente e do professor de ensino superior, um processo de ensino-aprendizagem que se tornará concreto e autônomo para a profissionalização do estagiário. Desde já cabe questionar como se daria a supervisão do estágio curricular na modalidade a distância, com um número de cursistas excessivo e dificuldades de contato com os campos de estágio.

Segundo a coordenadora do curso, o fato do estágio ser feito em grupo, não garante que seja feito por todos, assim como no presencial. No entanto, ela acredita que participam de alguma forma porque *“o grupo inteiro não vai deixar anotar o nome de um colega, para ele ganhar nota sem participar de nada”*. Dillon e Walsh citados por Moore e Kearsley (2008, p. 168) ao analisarem as perspectivas dos professores sobre o ensino a distância, constataram que *“os professores que ensinam a distância geralmente são otimistas em relação a essa metodologia e suas atitudes tendem a se tornar mais positivas com a experiência”*.

O estágio obrigatório, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ter início desde o início do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio. esse momento se chama Estágio Curricular Supervisionado: é o período de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente e do professor de ensino superior, um processo de ensino-aprendizagem que se tornará concreto e

autônomo para a profissionalização do estagiário. A presença do professor é um aspecto importante se não diretamente, mas indiretamente. Segundo Pereira (2003, p. 197) a ênfase na ausência do professor se deve, provavelmente, ao caráter inovador da educação a distância e à sua prática ainda recente em relação à educação presencial. A diferença é real, o que em si não define a educação a distância. A clareza no que se refere às características intrínsecas da EaD demanda um processo de elaboração teórica que não é imediata, pela sua dependência de conceitos dominantes, cuja desconstrução e reelaboração exige um tempo maior. O que caracteriza a EaD é a ausência do professor o que levou a uma visão equivocada sobre essa modalidade de educação.

Em meio às várias formas de visualizar a EaD por parte de alguns autores, para que a aprendizagem se realize na modalidade a distância, é importante compreender que nenhuma forma isolada é capaz de promover esse tipo de educação. É necessário que vários recursos sejam conjugados e utilizados de forma adequada às reais necessidades dos alunos, porém a presença do professor, mesmo que virtual, é imprescindível para orientar e mediar a aprendizagem do aluno. A mediação da aprendizagem é uma ferramenta importante em todo contexto cujo objetivo essencial é a ação de ensinar e de aprender. A complexidade do processo de ensino e de aprendizagem exige metodologias eficazes que auxiliem o mediador a exercer a sua função principal que consiste em mediar habilidades e competências. A proposta pedagógica da Unitins enfatiza as ferramentas tecnológicas como espaços de mediação da aprendizagem, mediatizada pelo tutor e demais atores envolvidos no processo.

Dentro dessa concepção faz-se necessário repensar a prática e refletir no processo de mediação pedagógica e os mecanismos utilizados para garantir o “sucesso” do aluno, focando a sua atuação na motivação do processo ensino/aprendizagem. Portanto, é preciso criar estratégias e ações para desenvolvê-las, dia após dia ressignificando-a, de forma a atender as expectativas e necessidades dos sujeitos dessa ação. Essa questão da mediação da aprendizagem é que deveria ser melhor trabalhada no projeto EaD da UNITINS, visto que professores e alunos revelaram sentir dificuldades para trabalhar espaços que promovam a mediação.

Nesse sentido, os professores percebem as dificuldades que os alunos enfrentam em relação a não compreensão das informações recebidas e a limitação de espaço para fazê-lo. A professora Flávia, tem visão semelhante em relação a essa dificuldade de mediação. Ela diz: *“os alunos têm muitas dúvidas e a gente tem que estar o tempo todo ‘batendo o martelo’ prá tentar informar e a gente fica sem saber o que vai fazer”*. Os alunos reclamam: *“Há uma grande demora em responder as dúvidas no AVA, muitas vezes o tempo passa e a resposta nunca vem.”* O tutor presencial foi um ator convidado por sugestão de alguns professores durante o processo da pesquisa, e este acrescenta: *“os alunos não recebem a orientação imediata, tudo é muito demorado, ou fica sem resposta”*.

De acordo com Litwin (2001), a mediação surge como meio viável à intervenção necessária para propiciar ao aluno a aprendizagem necessária. O processo de ensino e aprendizagem presencial ou à distância requer um espaço interativo, confiável, em que a reciprocidade na construção do conhecimento é fundamental. A mediação como princípio educacional vem ressignificar a prática docente, em particular, na EaD, pois a existência de um espaço efetivo de mediações pode promover capacidades do professor e do tutor.

ANFOPE, (1998, s/p) esclarece que a modalidade a distância para a formação inicial deverá ser consentida na medida em que exista um alto percentual de momentos presenciais e os recursos materiais e humanos necessários como bibliotecas, vídeos, outros recursos, para sua realização com qualidade social.

Sou favorável à existência de espaços semipresenciais e não só totalmente a distância para que a mediação dos atores e dos recursos favoreçam a aprendizagem do aluno, assim como minimize algumas possíveis limitações da EaD. Os espaços semipresenciais contam com uma estrutura mais próxima ao aluno, se for comparado ao EaD. No entanto, passa a exigir do tutor/professor um maior comparecimento ao local ou polo regional que conduz os procedimentos de instrução, além de propiciar um contato com o aluno que favoreça o despertar da motivação para o estudo.

É importante refletir que a concepção de que a modalidade a distância não se baseia na ação docente para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, conforme realizado tradicionalmente nas escolas convencionais desencadeia reações contrárias do ponto de vista

pedagógico. Esse fato levou os críticos a desqualificá-la, classificando-a como uma educação de “segunda categoria”, sendo desprestigiada no contexto social.

Cabe ressaltar que, 85% dos alunos que participaram da pesquisa acreditam que uma das fragilidades do curso a distância se refere à ausência do professor e ao reduzido número de aulas semanais que, comparando com o ensino convencional, perde em qualidade e quantidade e põe em dúvida a competência do profissional a ser formado. De acordo com a maioria dos professores entrevistados, além da ausência física do professor que é considerado um diferencial para o aluno na EaD, o reduzido número de aulas por semestre é um outro obstáculo. Um deles, o professor Ricardo disse: *“eu acho que nesse aspecto reside aí um problema do ensino a distância, o pequeno número de aulas não dá pra gente ter um tempo maior para uma discussão mais aprofundada, eu confesso que isso é um prejuízo para os alunos e pode comprometer a sua formação”*. A professora Helen acrescenta que: *“se a gente estivesse, pelo menos duas a três vezes no semestre contato pessoal com o aluno, certamente o resultado seria muito melhor”*. A professora Carla reforça ainda que: *“eu sinto que os alunos necessitam de nós mais perto deles... a ead é muito diferente do ensino presencial, acho que sou eu que tenho que me preparar melhor...”*

Nesse sentido, segundo a ANFOPE (1998), os educadores apontam a necessidade de criar espaços para o aprofundamento conceitual sobre as diferentes temáticas, por entender que é um campo complexo que envolve novas concepções de aprendizagem, aprendizagem interativa e ressignificação do processo educativo. Com a minha experiência em EaD, concordo com esses professores e com a postura dos educadores da referida entidade que o número de aulas é reduzido e se esse fosse ampliado, possibilitando o aprofundamento dos conteúdos, por meio de um espaço que propicia a interatividade e corrobora para a melhoria da formação do professor.

Adotando uma ou outra forma para pensar a EaD nos dias atuais, é preciso considerar o uso dos aparatos tecnológicos capazes de mediatizar a comunicação e suprir as lacunas da ausência física entre professores e alunos. Nesse sentido, a escrita foi a primeira estratégia entre interlocutores que estavam separados pela distância e, conseqüentemente, a primeira forma de comunicação utilizada para a educação de pessoas que se encontravam distantes de seus mestres desde os tempos mais remotos.

Percebi pelas respostas dos alunos, por meio dos questionários que 88% que, na EaD apesar de todo o aparato tecnológico, que é próprio dessa modalidade, o material impresso é imprescindível. Ele solicitava ao professor que baseasse as aulas e as avaliações, fundamentalmente nesse material (apostilas).

Dos 13 alunos investigados, a grande maioria encontra-se na faixa etária de 36 a 50 anos, o que nos leva a inferir que são oriundos de uma escola tradicional conservadora que adota a prática da transmissão do conhecimento sendo o professor o centro do processo ensino/aprendizagem e o aluno o sujeito passivo em que as suas experiências e conhecimentos prévios não são considerados. Pode-se constatar isso pela resposta de uma aluna sobre as aulas: *“enquanto as apostilas não chegam ao polo a gente não consegue entender a matéria direito; depois que elas chegam e, às vezes costuma demorar, é que a gente começa a compreender aquilo que o professor está explicando”*. Assim, a importância do material impresso (apostilas) era crucial, pois sendo de baixo custo e com uma tecnologia rápida de reprodução, permitia ao aluno seu autoestudo. Essa atitude dos alunos está relacionada ao ensino presencial tradicional, à educação básica, que, apesar de muitas das escolas terem atualmente recursos didático-tecnológicos, continuam utilizando quase com exclusividade o livro didático.

Segundo (SANTOS, 2004, p. 96), a EaD, uma modalidade educacional com cerca de duzentos anos de existência no Brasil, passa por uma franca expansão, nas últimas décadas, graças aos avanços das tecnologias e o emprego, cada vez mais difundido, dos recursos da rede da internet na educação. Ressalta-se que a introdução da internet no Brasil, a partir de 1994, muda substancialmente a modalidade a Educação a distância.

Com esse desabrochar, “vem uma preocupação permanente sobre a qualidade dos cursos oferecidos. É preciso evitar que a EaD se transforme em um desvario pedagógico de facilidades” (NISKIER, 2000, p. 236). De acordo com o autor, sem abrir mão da qualidade, é preciso abrir as mentes para a necessidade de formação de comunidades virtuais e da utilização plena das tecnologias educacionais.

Hoje, falar em EaD pode ser considerado quase sinônimo de falar do uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), o que não corresponde às visões de origem.

### Aspectos legais da educação a distância

O Ministério da Educação em diferentes momentos, interessou-se por uma política de EaD. O objetivo era ampliar a oferta e democratizar o acesso ao ensino superior. Com esse objetivo, considerava-se grande o potencial relativo ao parque editorial, às redes e às emissoras de rádio e TV e aos sistemas de comunicação postal, telefônica, via satélite e digital. Desde o início, houve preocupação em se levar mensagens pedagógicas aos contingentes desfavorecidos da sociedade brasileira, entendendo-se que a EaD poderia oferecer as condições necessárias para disseminar o ensino em um país de dimensões continentais, com notórias desigualdades sociais e carentes da ampliação das ofertas educacionais.

Para regulamentar a educação a distância no Brasil, várias foram as regulamentações legais. Há legislações específicas que regulamentam os cursos na modalidade a distância. A seguir, apresento as legislações e o que estabelece cada uma delas:

- O Decreto n. 2494/98, sem a presença de maiores facilidades da EaD para a Educação de Jovens e Adultos nos ensinos médio e profissional e há maior restrição para os cursos de graduação e pós-graduação.
- A Portaria n. 301, de 7 de abril de 1998, regulamenta o Decreto n. 2494/98 e define os procedimentos de credenciamento de instituições interessadas em oferecer cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.
- A Portaria n. 641, de 13 de maio de 1998, autoriza cursos de graduação e orienta os tópicos que devem constar no projeto para solicitar a autorização de novos cursos.
- O Decreto n. 2561, de 27 de maio de 1998, apenas altera a redação dos artigos 11 e 12 do Decreto n. 2494/98, sem modificar seu conteúdo.
- A Portaria n. 2.253, de 18 de outubro de 2001, estabelece que as instituições de Ensino Superior podem introduzir na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores a oferta de disciplinas que utilizam o método não presencial. Em 13 de maio de 1998, os cursos de graduação são autorizados, e, em 3 de maio de 2001, o Conselho Nacional de Educação estabelece as normas para a pós-graduação *lato e stricto sensu*. Nessa época, a UNITINS criou o seu primeiro curso na modalidade telepresencial - Normal Superior - para 64 municípios do Estado do Tocantins.
- Com a promulgação da nova LDB – Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, fica regulamentada a EaD quando reza em seu artigo 80 “que o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.
- Em 19 de dezembro de 2005, o Decreto n. 5.622, regulamenta o artigo 80 da Lei n. 9394/96, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional.

Art. 1º- Para os fins deste Decreto caracteriza-se que a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Art. 2º - A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I – educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;

II – educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9394/96.

III – educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV – educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e

programas:

- a) sequenciais;
- b) de graduação;
- c) de especialização
- d) de mestrado; e
- e) de doutorado.

Nesse contexto foi criado o curso de Pedagogia - EaD da UNITINS, autorizado por meio da resolução n. 09/2005, de 31 de outubro de 2005, pelo Conselho Curador da instituição.

Com a regulamentação das diretrizes da EaD pelo Ministério da Educação, deu-se início a uma grande procura por parte das universidades no sentido de solicitar credenciamento e autorização para oferta de cursos a distância. Com a autorização, as universidades iniciaram a oferta de cursos para formação de professores, por meio das licenciaturas. Assim, um dos cuidados essenciais a ser tomado nas universidades é o de utilizar com criticidade os aportes tecnológicos do EaD, tendo em vista a educação como um todo.

### Os marcos da educação a distância

No que se refere aos marcos ou fases, segundo Belloni (2001), é possível classificar a EaD por gerações, caracterizando pela utilização de determinadas tecnologias de informação e comunicação. O agrupamento em gerações permite-nos identificar as limitações relativas à utilização de cada meio, além das possibilidades de ampliação de acesso, interatividade etc. Peters (2001) e Nipper (1989) identificam três gerações ou modelos diferentes de Educação a Distância. Mais tarde Taylor (2001) incluiu mais duas novas gerações aos modelos de Nipper, enquanto Fainholic (1999) apresenta também cinco gerações. Os autores citados apresentam tais gerações intimamente relacionadas ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que se materializam na evolução dos suportes físicos e das possibilidades aplicativas em geral. Em virtude disso, apresento as gerações de Peters

A **primeira geração** foi marcada pela criação, em diferentes países, de instituições que ofereciam cursos por correspondência, com pouca ou nenhuma interação entre as partes. O principal meio de comunicação utilizado era o material impresso, geralmente na forma de guias de estudo, com exercícios enviados pelo correio. Mais adiante, com a concepção tecnicista de educação, foi incluída nesses materiais a idéia de instrução programada. Essa geração perdurou até o final da década de 1960. Entre os países que mais impulsionaram a EaD nessa fase destacam-se Rússia, Alemanha, Grécia, Inglaterra e Estados Unidos.

A **segunda geração** marcou o período de 1969 a 1990, quando a EaD começou a ser compreendida como um sistema educativo. Essa geração ficou conhecida como Tele-educação e, em seu bojo, surgiram as primeiras Universidades Abertas, como a Open University, “com design e implementação sistematizados de cursos a distância, utilizando, além do material impresso, transmissões por televisão aberta, rádio e fitas de áudio e vídeo, com interação por telefone, satélite e TV a cabo” (MOORE e KEARSLEY, 1996 p. 124). A Tele-educação surgiu no Brasil no final dos anos 1970, com transmissão de aulas e veiculação de programas educacionais pré-gravados por emissoras educativas. A partir dessa geração, muitos cursos a distância deixaram de se basear exclusivamente nos materiais impressos enviados aos alunos pelo correio e passaram a explorar outros meios de estímulo ao aluno. A introdução de formas de comunicação bidirecionais abriu possibilidades de interação com o aluno, permitindo-o atuar de forma mais ativa no processo de aprendizagem. A grande evolução foi marcada pela utilização do telefone e das telefônicas, como suporte aos cursos por correspondência, rádio e televisão. Apesar de representar um salto qualitativo na comunicação entre professores e alunos, o uso de tais tecnologias envolvia um custo alto, tornando-as inacessíveis para muitos.

A **terceira geração** inicia-se na década de 1990, e é conhecida como geração digital, fundamentada no uso de computadores com recursos multimídia, da internet e dos sistemas de videoconferência. O telefone, por sua vez, representou a abertura das possibilidades de interação entre professores e alunos, propiciando o surgimento de novos paradigmas educacionais para a

EaD com o predomínio dos sistemas baseados na internet.

Bastos, Cardoso e Sabatini (2000) apresentam gerações que caracterizam de forma diversa de Peters (2001) a relação das tecnologias empregadas e explicitam o que cada geração, de forma semelhante à classificação de Peters, empregava textos impressos. Os supracitados autores acrescentam a informação sobre as potencialidades pedagógicas da primeira geração de EaD mediada pelo material impresso, que, segundo eles, foi significativa, uma vez que, nos países onde esta se desenvolveu foram potencializadas as possibilidades de replicação maciça e barata do conhecimento, que poderia ser distribuída com maior velocidade e diversidade, por meio dos livros. Segundo os autores, esse foi também um período que oportunizou a população maiores possibilidades para o processo de alfabetização

#### Quadro 1. Gerações de EAD conforme as tecnologias empregadas

Primeira tecnologia: o livro impresso (século XV)

- Possibilitou a replicação maciça e barata do conhecimento
- Possibilitou a alfabetização da população.

Segunda tecnologia: o correio (século XVIII)

- Possibilitou a distribuição de material impresso a grandes distâncias e a comunicação bidirecional com o professor.
- Possibilitou o ensino por correspondência
- Possibilitou a replicação maciça e barata da integração.

Terceira tecnologia: os meios eletrônicos (século XX)

- Telégrafo, telefone, rádio, TV e rede de computadores.
- Tirou a necessidade de distribuição de elementos físicos (átomos) e os substituiu por ondas e elétrons (século XX).

Agilizou, facilitou e imitou melhor a instrução e a interação.

Fonte: Bastos, Cardoso e Sabatini (2000)

Quanto à segunda geração, os autores apresentam a inclusão dos correios para com o professor, uma vez que os alunos poderiam, também por meio do correio, enviar perguntas, dúvidas e comentários sobre os conteúdos em estudo. O ensino por correspondência possibilitou a replicação maciça e barata da integração entre alunos e professores, mesmo que esta fosse assíncrona, ela representou um avanço para a época.

Já na terceira geração, de EaD agregaram-se as potencialidades dos meios eletrônicos, como o telégrafo, o telefone, o rádio e a rede de computadores. Com esses, aboliu-se a necessidade de distribuição de elementos físicos (átomos) e substituiu-os por ondas e elétrons, características da sociedade informatizada. Para os autores, essa geração não apenas agilizou os processos pedagógicos em EaD, como facilitou e imitou melhor a instrução presencial e a interação entre professores e alunos distantes fisicamente.

Diferentemente de Peters e de Bastos et al (2000), Fainholic (1999, p. 152) foi mais criteriosa em relação à classificação das gerações de EaD, e, nesse aspecto, a caracterização das fases ou as gerações de EaD parece ser mais coerente, pois apresenta a trajetória histórica da EaD em cinco fases ou gerações, que são:

1. La primera fueran textos impresos enviados por correspondência com (o sim) tutores, más adelante estos materiales incluyeron La instrucción programada.
2. La segunda incluyó el uso Del teléfono.
3. La tercera impusi el uso de la radio y la televisión de modo unidirecional em la década del 60, donde los destinatários revestían um rol pasivo o receptivo em la comunicación.
4. La cuarta presenta las comunicaciones informáticas avanzadas: computadoras y sistemas 'interactivos' o de comunicación recíproca, centrados em la interactividad del estudiante, tales como correo eletrônico, videotexto, etc.
5. La quinta consiste em um mayor protagonismo interactivo



por parte de la persona que aprende através de la autopistas o redes educativas complejas de información hipertextual y que com videoconferências u otros, a modo de aula virtual posibilitada por la telemática, reelabora contenidos procesados em centros de producción de materiales multimedia.(p. 152)

Fainholic (1999), ao detalhar as gerações de EaD, evita os equívocos de considerar como único o processo de comunicação midiaticado pela tecnologia, sejam unidirecionais, como a TV e o rádio, sejam e as que permitem a comunicação bidirecional ou multidirecional como a rede de computadores e, num futuro próximo, a TV interativa.

Embora a quarta, considerada como a atual geração de Educação a Distância, ainda em fase de consolidação no contexto brasileiro, já se aproxima da quinta geração, que até pouco tempo era utopia, hoje já começa a ocorrer. Ela deve mover os educadores e instituições de Educação a Distância. Nessa fase, a autonomia intelectual será plena, e as mídias serão amplamente utilizadas como infovias por meio das quais circulariam todo tipo de documentos (textos, imagens, vídeos etc.).

A EaD na UNITINS associa-se à quarta geração, de acordo com a classificação de Fainholic. Está classificada nessa forma, porque seu sistema de educação a distância apresenta uma comunicação informatizada avançada, isto é, utiliza o computador e a internet para promover a interatividade, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, comunicação via correio eletrônico e teleaulas via satélite, ao vivo.

O estudo das gerações permite verificar que a expansão das tecnologias da informação e comunicação (TICs) influencia diretamente o desenvolvimento da EaD. Da informação escrita à informação multimídia, do ensino por correspondência ao ensino por computador, a EaD passou a ser vista como uma modalidade educacional moderna e de alto potencial. O cenário atual é o da interatividade crescente pela internet, na denominada *e-learning* ou aprendizagem mediada pelo computador.

Devemos ter clareza de que os meios utilizados numa geração de forma predominante não excluem os outros meios. O meio não tem valor educativo em si mesmo: o significado pedagógico do meio – caderno de texto ou videoconferência – só será definido a partir de determinada proposta pedagógica. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) convertem-se em tecnologias educativas na medida em que são utilizadas como estratégia de ensino-aprendizagem e não como meros recursos de demonstração. Portanto, os meios não são, *a priori*, tecnologias educativas, mas podem vir a ser qualificadas para tais funções.

## Considerações Finais

A partir deste trabalho de reflexão sobre a modalidade de ensino denominada educação a distância aponta-se para a necessidade de aprofundar os estudos sobre a referida modalidade para fundamentar a prática e ou compreender a relação teoria-prática. A EaD é vista como processo educativo e não apenas instrutivo em que o professor tem papel fundamental e, para tanto, deve ser devidamente qualificado para atuar como um dos atores principais do processo ensino/aprendizagem. A função do professor em EaD constitui-se em uma tarefa bastante complexa, em construção permanente, que envolve aspectos metodológicos, técnicos, teóricos entre outros.

Por algum tempo a educação a distância, por sua natureza, foi sinônimo de educação massificada, de qualidade duvidosa em relação ao ensino presencial. Efetivamente, tal característica foi marcante nas origens da EaD. Muitas dessas práticas foram de cunho tecnicista, enfatizando o material pedagógico, ou seja, pacotes instrucionais, em detrimento da mediação pedagógica exercida pelo professor/tutor.

A ausência da presença física do professor considerou, portanto, a educação a distância a um estilo frio, impessoal, com características de uma pedagogia “bancária” em que o professor depositava os conhecimentos nos alunos, por meio das ferramentas tecnológicas, sem propiciar a reflexão, além de muitos pensarem que o estudo a distância é indicado para pessoas que não tem tempo de frequentar uma instituição de ensino e que isenta o aluno de estudar.

Esta visão equivocada e ou diferenciada sobre a modalidade a distância pode ser reflexo

da existência de cursos de má qualidade que reforça a imagem da EaD como um comércio, por parte de instituições não idôneas, que a têm como estratégia o corte de custos, para aumentar sua lucratividade. No extremo oposto, percebe-se um deslumbramento daqueles que estão firmemente convencidos de que a EaD introduziu a dialogicidade na relação educacional.

No entanto, convém, lembrar que a EaD é uma forma para a disseminação de conhecimento com características e ganhos distintos, além de representar a democratização do ensino superior no Brasil. O direcionamento pedagógico dinâmico e as tecnologias ou ferramentas utilizadas no processo de aprendizagem podem trazer benefícios diferenciados dos tradicionais, completando-os ou suprimindo-os em parte.

No contexto da educação brasileira, a EaD tem potencial para ser utilizada como alternativa viável de políticas públicas, se acompanhado de maiores investimentos e estímulos por parte do Governo, tanto para a modalidade de ensino quanto para a formação educacional da população, desde a formação básica da sociedade até a formação continuada e a qualificação dos docentes.

As questões apresentadas nesta pesquisa mostram como é visível o potencial que a modalidade educacional a distância apresenta. Estas modalidades de educação, presencial e distância, exploradas de forma consciente, não se enfraquecem, pelo contrário, complementam-se ou apenas oferecem ou atendem a demandas diferentes. É possível ver ganhos sociais, principalmente para os que não estão sendo atendidos pela modalidade presencial, com a ampliação da modalidade a distância.

Nessa perspectiva, os aportes epistemológicos que embasaram as reflexões teóricas da pesquisa foram confrontados com as concepções e as percepções dos atores da pesquisa. As proposições teóricas estabelecidas no início desse estudo foram consideradas, uma vez que os objetivos deste projeto foram delineados com base nos questionamentos que refletiram as questões da pesquisa e a revisão de literatura.

## Referências

ARETIO, L. G. **Educación a Distancia hoy**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1998.

ARGUIS, R. **Tutoria: com a palavra o aluno**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BASTOS, CARDOSO; SABBATINI, (2000). In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial p.166–181, ago 2006 ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://webmail.UNITINS.br/exchweb/bin/redir.asp?URL=http://www.ifets.info/journals/84/.pdf>. Acesso em 29/08/2016.

HOLMBERG, C.; LUNDBERG, M. **Interation: dimensions of content and context**. International Council for distance Education – ICDE, Pennsylvania, 1997.

LANDIM, C. M. P. F. **Educação a Distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro, 1997, mimeo.

LITWIN, Edith. (org.). **Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Distance education, a systems view**. Belmont (USA). Wadworth Publishing Co, 1996.

NISKIER, Arnaldo. **Educação a Distância**. São Paulo: Loyola. 2000.

PETTERS, O. **Didática do Ensino à Distância: Experiências e estágios da discussão numa visão internacional**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

PEREIRA, Eva Wairos. **Educação a distância: concepção e desenvolvimento**. Artigo. Revista Linhas Críticas – volume 9 – número 17- UnB - 2003.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica e a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

SILVA, C. S. B. da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2.ed. revista. e ampliada. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Educação on-line: teorias, práticas, legislação e formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003.

SPODICK, Edward F. **The evolution of distance learning**. Hong Kong: University of Science & Technology Library, 1995. Disponível em: <http://sqzm14.ust.hk/distance>.

TAYLOR, James C. **Fifth generation distance education**. 20<sup>th</sup> ICDE World Conference. Düsseldorf, Alemanha, 1-5 abr. 2001.

#### Consulta a documentos oficiais e institucionais

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - EAD - UNITINS/EDUCON. Palmas – 2006.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS. Regulamento do Estágio Curricular e Residência Social para os cursos de graduação a distância. Palmas – 2007.

ANFOPE - Associação Nacional pela formação de Profissionais da Educação

ANPED - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa

CEDES – Centros de Educação e Sociedade

Documento enviado ao Conselho Nacional de Educação, visando à elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia em 10/09/2004

ANFOPE (1998)- Associação Nacional pela formação de Profissionais da Educação.

BRASIL: Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - *Lei nº 4.024/61*, Senado Federal, Brasília: 1961. <http://www.mec.gov.br> Brasil; Acesso setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - *Lei nº 5692/71*, Senado Federal.

\_\_\_\_\_. CFE/CP. (1969). Parecer 292/69. Documenta, n. 100, pp. 101-107, abr.

\_\_\_\_\_.CFE/CP. (1972). Parecer 867/72. Documenta, n. 141, PP. 339-341, ago.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.494 de 10/02/98. Regulamenta o art. nº 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96. <http://www.mec.gov.br>. Acesso em setembro de 2016.